

Política

CONSTITUINTE

VOCÊ DECIDE: VAMOS TER UM REI?

Prepare-se: em 1993, você pode mudar o País, escolhendo para o Brasil, por exemplo, um regime monarquista, que traria de volta uma família real ao poder. Foi o que a Constituinte decidiu: um plebiscito, daqui a 5 anos.

Dentro de cinco anos, em 1993, o eleitorado brasileiro será convocado para, por meio de plebiscito, dizer qual a forma de governo que prefere — república ou monarquia constitucional — e qual o sistema de governo que deseja para o País: parlamentarismo ou presidencialismo.

É o que estabelece emenda aprovada pela Constituinte, por 495 votos contra 23 e 11 abstenções. A emenda, articulada pelo monarquista Cunha Bueno (PDS-SP), resultou de uma fusão de outras nove, que propunham a realização do plebiscito para a escolha do sistema de governo.

Cunha Bueno estava tão emocionado com o acolhimento de sua iniciativa por parte de todas as lideranças partidárias que até se esqueceu de votar. "Fui o autor da emenda e deixei de votar" — disse ele pelo microfone do plenário. "É a emoção" — observou, sorrindo, o presidente Ulysses Guimarães. "V. Exa. é o pai da criança..."

Apenas o deputado Bocaiuva Cunha (PDT-RJ) foi à tribuna para combater a emenda, dizendo que com quatro mandatos de deputado, nunca tinha visto "uma coisa destas: aquilo que era galhofa, uma brincadeira, transformar-se, aparentemente, numa emenda séria". Desceu da tribuna sob va-las.

O próprio relator Bernardo Cabral tomou a iniciativa de desagravar o deputado Cunha Bueno. Disse que só essa emenda, assinada por todos os líderes partidários, era suficiente para consagrar sua atuação na casa. "Meu parecer é favorável" — concluiu.

Enquanto Cunha Bueno recebia abraços de congratulações no plenário, o diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, J. H. de Oliveira Júnior, distribuía nota, no Congresso, dizendo que, "99 anos após o golpe militar de 1889" (Quando se proclamou a República), a Constituinte resgatava um compromisso de permitir ao povo escolher o sistema de governo.

O plebiscito, segundo a emenda, será realizado no dia 7 de setembro de 1993, sendo "assegurada a gratuidade na livre divulgação" daquelas formas e sistemas de governo através dos meios de comunicação de massacessionários de serviço público.

Emenda
É o seguinte o texto da emenda prevendo a realização do plebiscito:

Art. No dia 7 de setembro de 1993, o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarista ou presidencialista) a vigorar no País.

§ 1º — Será assegurada gratuidade na livre divulgação dessas formas e sistemas, através dos meios de comunicação de massa,cessionários de serviço público.

§ 2º — O Tribunal Superior Eleitoral, promulgada a Constituição, expedirá as normas regulamentadoras do presente artigo.

Essa emenda foi o resultado da soma de outras oito, uma das quais de caráter popular, inscrita por mais de 45 mil pessoas. Dezenas de parlamentares de diferentes partidos assinaram a emenda final, num verdadeiro mosaico de tendências políticas. Estão lá, por exemplo, os nomes do comunista Roberto Freire, do democrata-cristão Mauro Borges, dos petistas José Geninho e João Paulo, dos pedessistas Amaral Neto, Delfim Netto e Victor Faccioni, e dos petebistas Gastone Righ, Sandra Cavalcante e Afonso Camargo.

Do PMDB, estão presentes José Richa, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Dáso Coimbra, Humberto Lucena e Saldanha Derzi. E pelo PFL, Marcos Maciel, José Linha, Luiz Eduardo Magalhães, Albano Franco, Alysson Paulinelli, Ricardo Fiúza, Afonso Arinos e Paulo Pimentel.

O que é monarquia

Monarquia é o sistema de governo em que o chefe de Estado é um soberano vitalício e, quase sempre, hereditário. Nas monarquias constitucionais existentes até hoje, como a da Inglaterra, o poder é exercido de fato pelo Parlamento, eleito pelo povo, que, por sua vez, indica um primeiro-ministro e o Ministério. O monarca permanece mais como um símbolo. No Brasil, a monarquia teve início em 1808, quando D. João VI veio para cá com a corte, fugindo dos espanhóis que invadiram Portugal. O País teve dois imperadores, além de D. João VI: D. Pedro I, até 1831, e D. Pedro II, deposto pelo movimento republicano sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889.

O que é república

República é a forma de governo em que o chefe de Estado é escolhido pela via eleitoral, em geral por prazo determinado. O sistema nasceu na Grécia Antiga, como república Aristocrática, pois só uma classe participava da escolha. Há ainda as repúblicas populares ou socialistas (URSS, Alemanha Oriental), oligárquicas ou autoritárias como a do Paraguai, parlamentaristas e presidencialistas. A República foi proclamada no Brasil em 1889 e os historiadores a dividem em cinco períodos, desde a Primeira República ou República Velha, até 1930. A Quinta República, começou com o governo parlamentarista de João Goulart em 1961 e terminou com os militares. O atual governo prefere chamar-se "Nova República".



D. Pedro Gastão em seu casarão de Petrópolis: herdeiro natural.

UMA BRIGA PELA COROIA

Se a monarquia for restabelecida no Brasil como sistema de governo, caberá ao Congresso escolher o rei. E se for mantida a tradição de o rei pertencer à família imperial, surgirá uma grande discussão em torno do nome do legítimo príncipe herdeiro ao trono brasileiro.

Pela ordem natural das coisas do império, o príncipe herdeiro é D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança. Aos 75 anos de idade e morando em Petrópolis, ele é o filho mais velho do primogênito da Princesa Isabel. Isso lhe daria o direito ao trono. Mas a posição é contestada por seu primo, D. Pedro Henrique, que diz ser ele o herdeiro legítimo, porque o pai de D. Pedro Gastão abriu mão de seus direitos para poder se casar com uma checa no início do século. Assim, o direito ao trono passaria para D. Henrique, que é o filho mais velho do segundo filho da Princesa Isabel.

Essa discussão dividiu a família real em torno das duas posições. Enquanto D.

Pedro Gastão mora nas propriedades herdadas da corte em Petrópolis, D. Henrique é fazendeiro na região de Vassouras, também no Estado do Rio de Janeiro. O certo é que a lei dinástica obriga os príncipes a renunciarem a seus direitos quando se casam com moças plebéias ou sem nenhuma ligação com famílias imperiais. Mesmo assim, já foram registradas ocasiões em que essa regra não foi levada a sério.

De qualquer forma, D. Pedro Gastão garante que não perdeu o direito ao trono e diz que a monarquia fará muito bem ao País. "O rei tem o poder de impor maior respeito aos militares, consolidando melhor a democracia, assim como fez o rei Juan Carlos, da Espanha, que é meu parente afastado." Ele lembra que durante todo o império brasileiro não houve nenhum golpe militar.

O fato de se intitular príncipe herdeiro do trono brasileiro já valeu a D. Pedro alguma dor de cabeça. Em 59, ele foi processado

pelo consultor-geral do Ministério da Justiça, Arnor Butler, por usar o tratamento "Sua Alteza Imperial, o Príncipe" num anúncio. Isso sem falar de que só foi conhecido o Brasil aos oito anos, exilado que ficou por causa da lei de banimento da família imperial brasileira, baixada pouco depois da Proclamação da República e só suspensa em 1922.

Mesmo tendo nascido na Normandia, França, D. Pedro Gastão se sente brasileiro e quando o Brasil entrou na última grande guerra ele foi pessoalmente ao Ministério da Guerra se apresentar para qualquer serviço que pudesse ajudar.

Atualmente, ele mora num amplo casarão em Petrópolis, o mesmo que nos tempos imperiais era utilizado como moradia pelos empregados da corte. O príncipe herdeiro passa o tempo livre ouvindo música, principalmente Mozart e Chopin, e cuidando de suas criações de abelhas e pombos-correio.

O autor festeja. E mostra suas razões.

"Nenhuma outra emenda apresentou tamanho quórum favorável", festejou ontem o deputado monarquista Cunha Bueno (PDS-SP), após a aprovação pela Constituinte de fusão de emendas prevendo plebiscito em 1993 para definição da forma e sistema de governo a vigorar no Brasil. Cunha Bueno diz que foi vítima de preconceitos, mas que valeu a pena o esforço. Segundo ele, a aprovação da fusão foi uma vitória para os mais de 40 mil defensores do regime monárquico parlamentar que assinaram emenda popular defendendo o plebiscito.



Cunha Bueno

"Quem vai ser o bobo da corte?" Esta foi a primeira intervenção feita no discurso do deputado Cunha Bueno em defesa do plebiscito e do regime de monarquia cons-

titucional, ainda na fase da elaboração do texto da sistematização. "Todos consideram a monarquia como uma coisa antiga. Aí eu lembrava que em vários países o regime dá certo. Se na Espanha existe democracia foi pela monarquia", explica o deputado.

Pelo período de um ano o deputado defendeu sua tese entre os constituintes, com base, inicialmente, em uma pesquisa feita em São Paulo, na qual, segundo ele, 12% dos 2.300 entrevistados optaram pelo regime monárquico para o País. Desde aquela época, Cunha Bueno vem recebendo cartas de todo o Brasil, que hoje chegam a mais de 40 mil. "Aos poucos fui vencendo o preconceito e vejo que a opção pela monarquia constitucional vem crescendo".

"A República incontestável", afirma o deputado, ao lembrar que nos últimos 60 anos apenas um presidente civil, Juscelino Kubitschek, terminou o mandato. Em dois panfletos que distribuiu, Cunha Bueno mostra que nos 98 anos de República o País

passou por 12 estados de sítio, 17 atos institucionais, seis dissoluções do governo, 19 rebeliões militares, quatro presidentes depostos, dois longos períodos ditatoriais, dentre outros. "A República não deu certo. Trouxe crise, instabilidade", diz ele, explicando que o presidente governa primeiro para seu partido e depois para o povo.

A "monarquia no Brasil deu certo durante 67 anos, nos dando estabilidade econômica e política e liberdade, assim como ocorre hoje em países desenvolvidos como Inglaterra e Japão", argumenta o deputado. Segundo ele, o monarca, não ligado a partidos, aplica o poder moderadamente e, além disso, não traz custos ao governo eleger o rei. "Além do mais, o povo nunca disse se queria ou não a República. Temos que perguntá-lo", afirma. Para esclarecer sobre o plebiscito e sobre o que é a monarquia constitucional, o deputado lançou ontem um livro onde perguntas e respostas mostram, segundo ele, que as lições do passado conduzem à monarquia.

O rei e o bobo da corte

O JT foi à rua, para saber quais seriam os escolhidos, dos paulistanos, para os cargos de rei do Brasil e bobo da corte. As respostas:



A costureira Maria das Graças da Silva, 55 anos, escolheria alguém que fosse "gente boa", como Quêrcia. Para bobo ela escolhe o povo brasileiro, "sempre enganado por esses políticos."



Roderlei Leite, 27 anos, não imagina quem escolheria para rei. Mas tem muitas sugestões para bobo da corte: "Samy, Ulysses, Quêrcia, qualquer um. São todos iguais. Não fazem nada."



Para rei, Delfim Netto, "porque é gordinho". Para bobo da corte, Ulysses Guimarães. Opinião do advogado Luciano Teixeira Pinto, 50 anos, para quem Ulysses "quis tanto ser presidente. São todos iguais. Não passam de bobo."



"O rei Felé. Eis um bom nome", na opinião do psicólogo Reinaldo Lopes, de 32 anos. E Paulo Maluf ta bem de bobo: "parece um peixe: nada, nada, nada e nunca chega".



O vendedor ambulante Cláudio Ribeiro, de 39 anos, gostaria de ver Maluf como rei. E Ulysses iria para bobo: "Olha só o jeito dele. Para mim, já é o bobo."



Outro que escolheu o herdeiro da família real foi o editor Rubem Besio, de 60 anos. O bobo da corte, para ele, "poderia ser qualquer um dos atuais políticos, como Ulysses Guimarães".



O editor Amauri César de Almeida Sisti é monarquista e acha que o rei deveria ser o herdeiro da família Orleans e Bragança. O bobo? "O povo brasileiro, acostumado a ser feito de patoço."



"Por ser o brasileiro mais popular", a analista contábil Marisa Moratti, de 30 anos, escolheria Sílvio Santos para rei. Para bobo, o "povo brasileiro, que sempre faz o papel".



Renato Ivo Rivolta, comerciante de 51 anos, votaria em Felé. "Foi quem mais promoveu o Brasil". O bobo da corte seria "Sílvio Santos: quer patoçada maior que ele se candidatar a prefeito de S. Paulo".



André Laurini, 18 anos, não escolheria ninguém para rei. "O governo é sempre uma porcaria". Seu bobo da corte preferido é o presidente Sarney, que "sem condições de governar, continua na boa".



Por ser "mais religioso que político", o aposentado João Alves, 75 anos, escolheria Deus para rei. Para bobo, ele fica com Gugu Liberato, o apresentador de televisão, "que faz todo mundo rir".

Até a esquerda apoiou

Derrotados no dia 22 de março na votação sobre o sistema de governo, os parlamentaristas não se conformaram. Desde então reviraram todo o projeto de Constituição em busca de uma brecha que permitisse recolocar a questão. E a saída foi encontrada na emenda Cunha Bueno, o que acabou dando uma vitória aos parlamentaristas ontem com a decisão de um plebiscito a 7 de setembro de 1993 para que o povo defina o sistema e a forma de governo a serem adotados pelo País.

Segundo avaliação do deputado Roberto Freire (PCB-PE), a aprovação da emenda Cunha Bueno foi importante porque retirou da decisão interna da Constituinte ou do Congresso Nacional a definição do sistema de governo, passando a decisão para a própria sociedade brasileira, depois de um longo debate nesses cinco próximos anos.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das principais articuladoras do parlamentarismo e do apoio à emenda Bueno, disse que essa era a única saída que os parlamentaristas tinham para projetar para o futuro a possibilidade de o Brasil vir a ser parlamentarista. Os parlamentaristas convenceram os presidencialistas com os próprios destes: que não houve tempo suficiente para o debate e que a implantação desse sistema de governo era precipitada. "Assim, haverá prazo de cinco anos para discussão ampla do sistema de governo e ele, se mudado, não será implantado imediatamente", disse a deputada.

O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator pró-parlamentarista na subcomissão do sistema de governo, disse que a articulação do seu grupo começou tão logo os parlamentaristas foram derrotados. Todo o projeto de Constituição foi virado e revirado à procura de uma possibilidade parlamentarista, sendo encontrada a única saída na emenda Cunha Bueno. Para ele, o importante é que a emenda isola a definição do sistema de governo de discussões sobre mandatos, porque o plebiscito será realizado no meio do mandato do sucessor de Sarney.

O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), também parlamentarista, considerou que o tempo de cinco anos será mais do que suficiente para que a sociedade brasileira se conscientize (diante das crises que, no seu entender, se sucederão a partir de agora) de que a saída melhor para a solução de crises será o sistema parlamentarista.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), parlamentarista convicto, segundo sempre afirmou, disse que a aprovação da emenda Cunha Bueno "renova as esperanças de que o povo brasileiro, dentro de cinco anos, deverá decidir, no lugar do Parlamento, pela mudança do sistema de governo, que certamente será o parlamentarismo".

A emenda de Cunha Bueno, para os parlamentaristas (como confessaram alguns membros do grupo), serviu apenas como trampolim para que se realize em 1993 o plebiscito, que será sobre a forma de governo (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo). Os parlamentaristas consideram que não haverá a mínima possibilidade de se aprovar, futuramente, a monarquia, como quer o autor da emenda.

O que é presidencialismo

Em uma república presidencialista, como a que atualmente tem o Brasil, o presidente é simultaneamente chefe de Estado e chefe de governo, a quem respondem os ministros. Os Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — devem ser independentes e harmônicos. O presidencialismo nasceu com a Constituição dos Estados Unidos. Sua fonte teórica é Montesquieu e alguns fatores explicam sua aplicação no Brasil: a experiência colonial; a tradição monárquica europeia e a vontade dos autores da Constituição de 1787, de evitarem tanto o despotismo de um só homem como os vícios das assembleias soberanas. O Brasil teve 30 presidentes, dos quais apenas dois foram eleitos pelo povo e cumpriram o mandato, transferindo o poder para seu sucessor: Eurico Gaspar Dutra (45-51) e Juscelino Kubitschek (56-61).

O que é parlamentarismo

Parlamentarista é o sistema de governo que concentra nos representantes eleitos pelo povo as prerrogativas de fazer leis e executar atos administrativos. Nesse sistema, a eleição tem por finalidade determinar qual a corrente partidária mais representativa da sociedade. Essa representatividade é medida pelo número de cadeiras conquistadas no Parlamento e dá ao partido majoritário o direito de formar, sozinho ou através de coligações com outros partidos, o Gabinete ou Conselho de Ministros. O colegiado exerce o Poder Executivo sob a chefia de um primeiro-ministro, indicado pelo chefe de Estado (rei ou presidente). A origem do parlamentarismo é inglesa e remonta à Revolução Gloriosa de 1688, que subtraiu do rei a prerrogativa de legislar. O Brasil teve parlamentarismo durante a monarquia e em 1961, quando o sistema durou sete meses e um plebiscito decidiu a volta ao presidencialismo.

Daqui a cinco anos, nova Constituinte.

A emenda Joaquim Bevilacqua, aprovada ontem, propõe que os parlamentares eleitos em 1990 revisem a Constituição que está sendo elaborada agora.

E a Constituinte decidiu: dentro de cinco anos, uma nova constituinte. Ou uma "mini-constituinte", como denominou o autor da emenda aprovada ontem por 327 votos contra 165 e 18 abstenções, o deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), de uma proposta de que o próximo Congresso Nacional, a ser eleito em 1990, se reúna unicameralmente para promover uma revisão completa da Constituição que está sendo aprovada agora.

O PDS e o PFL ficaram contra, argumentando que a decisão enfraqueceria a nova Constituição e mesmo atrapalharia a elaboração da legislação complementar, uma vez que

tudo poderá ser modificado em poucos anos. Mas os demais partidos ficaram a favor, principalmente os de esquerda, que viram na emenda uma possibilidade de reabrir questões nas quais foram derrotados.

No final dos trabalhos de ontem, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, esqueceu-se de convocar a sessão de hoje.

Mesmo assim, deverá haver pelo menos uma tentativa de reunião dos Constituintes hoje. Que, finalmente, podem ficar sem trabalho, uma vez que dificilmente será alcançado o quórum necessário para aprovar qualquer coisa. Assim, os assuntos polêmicos como du-

ração dos mandatos dos atuais prefeitos, anistia aos civis e militares, entre outros, só deverão ser discutidos na segunda-feira.

Sobre as eleições municipais, é difícil fazer qualquer previsão. Da parte dos dirigentes do PMDB, do PFL e mesmo do governo, há desinteresse pela realização das eleições em novembro próximo. Todos têm receio de enfrentar o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, numa disputa isolada, a chamada "eleição solteira".

Por outro lado, pelo menos 130 constituintes são candidatos declarados, já envolvidos com o processo eleitoral de seus municí-

pios e dificilmente concordariam com o adiamento.

Quanto à questão da anistia — o artigo 4º do texto do Centrão — os punidos estão acreditando numa vitória da sua luta pela ampliação dos benefícios a todos os atingidos, contando para isso com uma possível ausência do Centrão, cujos parlamentares não se interessariam pelo tema, apesar do lobby dos militares.

O relator Bernardo Cabral calcula que as votações do segundo turno da Constituinte poderão começar por volta do dia 1º de julho,

desde que a votação das Disposições Transitórias se encerre a 10 de junho. Daí, segundo o regimento, há um prazo de sete dias para o relator.

Mas Bernardo Cabral já adiantou que não pretende utilizar todo este prazo. Depois começa a correr o prazo de cinco dias para a apresentação das emendas, só sendo permitidas as emendas supressivas, no máximo quatro por constituinte, além das correções. Seguem-se mais cinco dias de prazo para o relator apresentar parecer sobre as emendas, o que faria o início das votações do segundo turno cair no início de julho.